

IMPORTÂNCIA DA MIGRAÇÃO DO EMPREGO PARA AS MICRO E PEQUENAS E EMPRESAS NO BRASIL

Vilma da Silva Santos¹, Alice Pereira Prado², Carlos Cezar Mascarenhas³, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira⁴

¹ Professora do Depto. de Economia, Contabilidade e Administração - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP - vilma70@gmail.com

² Professora do Curso de Administração – Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa-INESP – Av. Getúlio Dornelles Vargas, 2156 Pedregulho – 12305-010– Jacareí/SP – aliccepp@terra.com.br

Professor do Curso de Administração – Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa-INESP – Av. Getúlio Dornelles Vargas, 2156 Pedregulho – 12305-010– Jacareí/SP – mascarenhassp@hotmail.com

Orientador e Coordenador do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional - MGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP - edson@unitau.br

Resumo: Os níveis de desemprego e de exclusão social atingem patamares assustadores no final dos anos 90 e início do século XXI. Essa situação faz parte de um conjunto de distúrbios do mercado de trabalho, que resultam em um conjunto de fatores que extrapolam seus limites, tais como a intensificação da concorrência e da inovação tecnológica, que aumenta a produtividade da mão-de-obra e diminui a demanda por capital humano. Nesse contexto, analisou-se a importância das micro e pequenas empresas (MPE) na geração de emprego e renda. Este trabalho teve como característica a realização de uma pesquisa exploratória. De um modo geral, as análises a respeito das mudanças no mercado de trabalho brasileiro ao longo da década de 90 reforçam a importância das MPE como geradoras de emprego. Porém, a forma que a globalização vem se apresentando proporciona oportunidades a empresários inovadores, além de exigir a adequação das suas empresas ao ambiente em que atua no mercado globalizado, pois é de grande relevância, para o empreendedor saber antecipadamente qual é e como funciona esse mercado em que atua, isso porque, precisará adotar estratégias para permanecer nele.

Palavras-chave: Emprego. Desemprego. Pequenas e médias empresas. Desenvolvimento tecnológico.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

As modificações no mercado de trabalho causaram modificações da economia brasileira, com grande relevância no setor produtivo, que contribuiu de forma decisiva para a redução da capacidade de absorção de mão-de-obra do setor industrial, e, aumentaram o grau de informalidade e precarização dos postos de trabalho.

De um modo geral, as análises a respeito das mudanças no mercado de trabalho brasileiro ao longo da década de 90 reforçam a importância das micro e pequenas empresas como geradoras de emprego, uma vez que as grandes empresas não conseguem absorver o contingente de mão-de-obra sem emprego.

Para os estudiosos só existe uma maneira de combater e superar definitivamente o subdesenvolvimento e a pobreza de um país: promover o crescimento econômico que permita atingir um estágio de desenvolvimento humano, social, econômico, regional, local e sustentável, que coloque no centro de suas preocupações a qualidade de vida das pessoas, das que estão

vivas na atualidade e daquelas que viverão no futuro.

Para a realização destes objetivos, busca-se a realização de um planejamento racional de investimento de recursos, estímulo às atividades particulares de cunho desenvolvimentista, política cambial de proteção à indústria nacional, limitação à remessa de lucros em forma de divisas por empresas estrangeiras para o exterior, assim como à sua predominância em atividades de base.

Grande parte dos efeitos das políticas públicas para promover o desenvolvimento das regiões e das comunidades se voltam totalmente para o aspecto econômico, focando apenas em questões financeiras, tributárias e de geração de receitas. Porém, a globalização, ao contrário daquilo que se poderia pensar à primeira vista, vem justamente reforçar a importância do desenvolvimento econômico, regional, local e sustentável, visto que cria a necessidade da formação de identidades e de diferenciação das regiões e das comunidades, para enfrentarem um quadro de extrema competitividade. E, uma alternativa de promover o crescimento econômico é o incentivo dos governos

as micro e pequenas empresas que tem demonstrado crescente importância no total dos postos de trabalhos criados todos os anos, evidenciada na **Tabela 1A e 1B**.

Número de empregados (%)	1990	1992	1994	1996
Micro (0 a 9)	15,60	16,78	18,60	19,40
Pequena (10 a 99)	28,70	27,96	29,60	29,30
Médias (100 a 499)	23,39	22,87	21,90	21,40
Grandes (500 mais)	32,31	32,39	29,90	29,90
Total	100,0	100,00	100,00	100,00

Tabela 1 A- Participação dos Tipos de Estabelecimento Ano
Fonte: RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (2004)

Número de empregados (%)	1998	2000	2002
Micro (0 a 9)	21,00	21,30	21,80
Pequena (10 a 99)	29,50	29,60	29,90
Médias (100 a 499)	21,10	21,00	21,60
Grandes (500 mais)	28,40	28,10	26,70
Total	100,00	100,00	100,00

Tabela 1 B- Participação dos Tipos de Estabelecimento Ano
Fonte: RAIS – Relação Anual de Informações Sociais (2004)

A consolidação da política antiinflacionária do Plano Real, a abertura comercial, o aumento da produtividade, entre outras mudanças na economia, contribuíram para alterar a distribuição das firmas e do emprego formal no país, demonstrando o crescimento mais expressivo do emprego nas unidades de menor porte.

Materiais e Métodos

A pesquisa visa a solução de problemas, ao empregar métodos científicos (CERVO e BERVIAN, 1996). Pode-se definir metodologia como o caminho que segue a prática exercida na realidade, ou seja, técnicas que possibilitam a construção desta realidade.

Este trabalho teve como característica a realização de uma pesquisa exploratória. Nesse contexto, a pesquisa buscou explicitar a importância das micro e pequenas empresas (MPE) como geradoras de emprego.

O Mercado de Trabalho Brasileiro

O mercado de trabalho é definido pela representação do local onde os trabalhadores e empresários se defrontam. É compreendido como a compra e venda de serviços de mão-de-obra. E o mercado de trabalho pode ser distinguido por uma parcela do mercado informal, em que prevalecem regras de funcionamento, sem interferência governamental e o formal que é embasado nas relações contratuais de trabalho, criado e regulado por uma legislação específica. Assim o nível de emprego define-se como uma das variáveis mais relevantes deste mercado.

O emprego tem como questão básica o fato de não ser levado em consideração por avaliações

tradicionais que o enfocam apenas como uma variável resultante quase que exclusiva do comportamento do mercado de trabalho, seja pelo lado da oferta de trabalho ou pelo lado da demanda de mão-de-obra ou do trabalho, pois essa abordagem embora necessária para se entender a situação do emprego, não permite uma compreensão tanto da dinâmica quanto das mudanças estruturais do comportamento geral do emprego (POCHMANN, 2001).

Ao subordinar o mercado de trabalho ao processo capitalista que visa apenas a acumulação, ou seja, se houver expansão do capital, criam-se e destroem oportunidades de emprego, o que resulta numa mudança tanto da demanda quanto da oferta de trabalho impedindo a utilização das forças independentes, cujo ajuste de maneira simples poderia definir o nível geral de emprego (POCHMANN, 2001).

Mas, ao se tratar da economia brasileira que tentou uma recuperação da economia no ano de 1993, mantendo as taxas de crescimento econômico positivas, porém insuficientes para gerar uma expansão significativa nos níveis de emprego devido ao crescimento populacional e a pobreza, a realidade brasileira atual, sobre o mercado de trabalho penaliza trabalhadores, com quedas de salários reais, aumento da miséria e por fim a deterioração das camadas de trabalho, com a ampliação das taxas de desemprego (POCHMANN, 2001).

Neste período, surgiu a abertura da economia, a reestruturação produtiva e a diminuição do emprego industrial, além da diminuição das tarifas e a sobrevalorização cambial mudando os preços relativos a favor de bens importados, implicando na perda de lucratividade do setor industrial e conseqüentemente numa grande redução da mão-de-obra no mercado de trabalho.

O capitalismo tem passado por um novo regime de acumulação no âmbito mundial que é marcado pelo processo de globalização e financeirização do capital e pelas mudanças na estrutura do emprego e nas relações de trabalho. O crescimento das atividades que exigem altos níveis de conhecimento gera queda do emprego manufatureiro e ao aumento descontrolado das atividades informais que, somados ao crescimento demográfico e econômico desigual, promovem nas grandes cidades disparidades grandiosas de renda (POCHMANN, 2001).

O sistema capitalista ao utilizar-se da dinâmica tecnológica e organizacional, busca lucros cada vez maiores, ou seja, a acumulação flexível combinada às estratégias de obtenção de lucro, traz repercussões significativas para o mundo do trabalho. Paralelamente, o impacto mais visível é a precarização do trabalho, que é uma conseqüência direta das metamorfoses do trabalho. Assim, as transformações nesse campo

têm produzido o trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, informal, provocando a ascensão do setor de serviços, entre outras conseqüências (OLIVEIRA, 1989).

Nessa perspectiva, a produção em série e os processos automatizados resultaram em índices elevados de produtividade e na abertura de novos postos de trabalho, em razão do crescimento econômico proporcionado pela indústria e que, de certa forma, criava uma rede de seguridade ao trabalhador (MATTOSO, 1996).

Então, no que se refere às transformações nas relações de trabalho e do emprego, os estudos históricos a respeito do desenvolvimento do capitalismo nos países do centro do sistema mostraram que, no contexto da chamada “sociedade salarial”, o trabalho, na configuração de trabalho assalariado, ocupava uma posição dominante no que concerne à inserção dos indivíduos na sociedade, ou seja, o trabalho desempenhava um papel estruturante no que se referia à determinação da sociabilidade dos indivíduos (OLIVEIRA, 1989).

Dessa forma, a atividade de trabalho constituía-se, portanto, no centro de gravidade da sociabilidade humana.

O Desafio do Desemprego no Brasil

O mercado de trabalho brasileiro tem passado por profundas modificações em sua estrutura, com significativo impacto na vida dos trabalhadores. Na avaliação desse impacto, o aumento das taxas de desemprego é a principal variável a ser monitorada, mas não a única, já que deixa de capturar aspectos fundamentais de análise.

Os dados divulgados pelo IBGE com referência a década de 90, relatava que a taxa de desemprego em todas as regiões brasileiras foi o dobro da taxa verificada na década anterior. Ou seja, no ano de 1999 a taxa de desemprego nas regiões metropolitanas correspondeu a 20% de toda a População Economicamente Ativa (PEA), segundo dados da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômicos (Dieese). Conseqüentemente o efeito recaiu também sobre o tempo médio de procura de emprego pelo trabalhador brasileiro que passou de 15 semanas nesse período, para 42 semanas em 1999 (ANTUNES, 1998).

Portanto, o crescimento do desemprego em todo o país, foi acompanhado de mudanças na composição da estrutura ocupacional, ocorrendo uma diminuição gradativa da mão-de-obra empregada na indústria e no setor primário, sendo deslocada para o setor terciário, que geralmente caracterizada por ocupações instáveis e mal remuneradas.

Durante a década de 1990, o fenômeno do “desassalariamento” tornou-se evidenciado no cotidiano da massa de empregados no Brasil. Entre 1994 e 1995, mesmo tendo havido uma evolução positiva do Produto Interno Bruto (PIB), ocorreu uma diminuição de 1,5 milhão no volume de emprego com registro de carteira. Assim, para que o país pudesse viabilizar o ingresso da nova população no mercado de trabalho, seria necessário o mesmo 1,5 milhão de vagas a cada ano, o que para isso seria necessário um crescimento continuado do PIB a uma taxa de 7%.

Como decorrência deste quadro, cresce cada vez mais no Brasil, a importância da pequena produção, representada pelas micro e pequenas empresas, como mecanismo para geração de emprego e renda para as camadas mais pobres da população. Elas respondem por 99% das empresas, 67% das ocupações e 20% do PIB (ANTUNES, 1998).

Segundo o IBGE, no Brasil existem 4,6 milhões de empresas. Desse total, 99% são micro e pequenas empresas. Os pequenos negócios (formais e informais) respondem por mais de dois terços das ocupações do setor privado e, mesmo não tendo a mesma proporção produtiva que as grandes empresas, elas ocupam um papel de destaque em termos de emprego e renda. O **Gráfico 1** ilustra este caso.

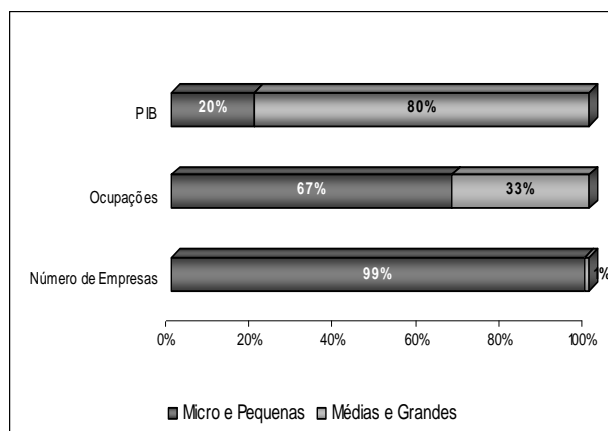


Gráfico 1 - As MPEs na Economia Brasileira
Fonte: Sebrae (2004)

A Migração do Emprego das Grandes para as Pequenas e Médias Empresas no Brasil

Os efeitos da globalização na força de trabalho das grandes corporações são conhecidos. A pressão pelo aumento da produtividade motivado pela competição entre empresas provocou uma dispensa em grande escala. E, com excesso de mão-de-obra no mercado sua absorção se dá por meio das micro e pequenas empresas.

Os números levantados ajudaram a entender como está ocorrendo o fenômeno no mercado de trabalho, pois com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que reúne o total de

empresas formais no Brasil, de 1995 a 2000 as empresas de 100 ou mais funcionários criaram apenas 88.100 empregos. No mesmo período as empresas de até 100 funcionários, consideradas pequenas, criaram 1,9 milhão de empregos. Traduzindo em percentuais, o crescimento do emprego nas pequenas empresas foi de 19,2%. Nas médias e grandes, 0,6%. Nesse ritmo, estas precisariam de pelo menos cem anos para criar o mesmo número de empregos gerados nos últimos cinco pelas pequenas (IBGE, 2007).

As grandes empresas ainda empregam mais, porém está perdendo um espaço significativo para as pequenas e médias empresas. De 1995 a 2000, a participação das menores na força de trabalho cresceu de 41,7% para 46%. Se o ritmo for mantido, em 2005 o nível de emprego nas pequenas ultrapassará o das grandes no Brasil, principalmente se o número de pequenas firmas continuarem aumentando, como em 1995 com 1,73 milhão e em 2000, 2,16 milhões de novas empresas (IBGE, 2007).

Conclusão

O desemprego é um fato determinado, em grande medida pela desregulação da concorrência internacional iniciada em meados dos anos 70. Outro fator determinante para o nível de desemprego é o acelerado e contínuo aumento do desenvolvimento tecnológico em toda economia capitalista. Uma parte significativa do desemprego é determinada por fatores externos ao mercado de trabalho, de modo que, para combatê-lo ou amenizá-lo será preciso atuar com mecanismos externos e com contribuições da esfera pública e privada.

Atuar extra-mercado de trabalho não significa negligenciar as políticas específicas para este mercado (políticas ativas e passivas), mas sim, utilizar paralelamente, às políticas ativas e passivas de emprego, políticas macroeconômicas que favoreçam o aumento da demanda agregada, no âmbito interno; e buscar formas de regulação da concorrência junto à comunidade internacional.

Os dados demonstrados no artigo trazem um dos últimos reflexos percebidos no movimento de globalização: a migração do emprego das grandes para as micro e pequenas empresas. Há muitas pessoas optando por esse nicho de empresa por motivação ou pelos processos de terceirização ou planos de demissão voluntária. Como resultado, milhares de profissionais também estão virando empreendedores.

O fato, porém é que os profissionais brasileiros descobriram que empresa grande não é sinônimo de segurança nem de satisfação no trabalho devido à transitoriedade das políticas públicas e dos planejamentos privados decorrentes da forte

dinâmica de mutações impostas pela nova dinâmica de expansão economia capitalista.

Nesse contexto, tem crescido o reconhecimento da importância de serem desenvolvidos mecanismos para incentivar empresas locais e estimular os micros e pequenos empreendimentos formais ou mesmo informais, como alternativas à geração de emprego e renda para determinada parcela da população, para a qual ausência ou a debilidade de políticas tende a gerar grandes disparidades de renda.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez. 5 ed. 1998.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A.; **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo, Makron Books, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001**. São Paulo, 2001. www.ibge.gov.br

MATTOSO, Jorge. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1996.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.